

Desenvolvimento e Justiça Ambiental

Robson Patrocínio de Souza*

Nestes tempos em que o nosso Planeta – nossa casa maior – começa a reagir de forma mais intensa às agressões sofridas ao longo de séculos, o tema do aquecimento global e do anúncio das mudanças climáticas nunca esteve tão na moda. Quase todos os dias temos a oportunidade de assistir na TV, ou ler em revistas e jornais, notícias sobre furacões, enchentes, secas, desertificação, aumento do nível do mar, tudo isso ao custo da destruição de cidades inteiras, causando a morte de uma infinidade de pessoas, a maior parte delas em áreas consideradas de risco e afetadas pela pobreza, que são e serão aquelas que vão pagar a conta.

Pela maneira como tais notícias são veiculadas, fica a impressão de que tudo isso está começando agora, como uma novidade que está sendo pautada até pelos maiores responsáveis por esses danos ambientais. Outra questão grave é que grande parte das notícias, em momento algum, trata das causas desses acontecimentos, ficando voltadas prioritariamente para as conseqüências, de maneira a não tratar da raiz do problema. O alarde passado para a população é de um caos completo e eminente, e que será essa mesma população a responsável por reverter a situação. Jamais ouvi nesses espaços uma fala que mostrasse a urgência da mudança no padrão de consumo, ou no modelo econômico vigente; uma obviedade, é claro.

Nos últimos anos, e em especial neste ano, o PACS intensificou a discussão em torno deste tema, procurando inserir no seu planejamento de trabalho projetos voltados para a pesquisa de alternativas envolvendo a implementação de um outro modelo de desenvolvimento que dê visibilidade a iniciativas inovadoras, e ainda contribua para fortalecer o debate em torno da proposta da Justiça Ambiental, tendo nas práticas das experiências de Eco-vilas e Eco-bairros, e na Socioeconomia Solidária, de maneira geral, a possibilidade de concretização desse outro modelo de desenvolvimento.

A idéia, portanto, de tratar deste assunto no último número de 2007 do nosso Informativo tem a intenção de debater o aquecimento global e as mudanças climáticas procurando priorizar um outro patamar que leve em consideração as raízes profundas desses problemas e, ao mesmo tempo, as possibilidades de expansão da vida. O texto do ecologista Sérgio Ricardo vai contribuir para um olhar crítico/propositivo a cerca do tema, levando em consideração a participação do governo e a implementação de políticas públicas como fatores necessários no caminho para a mudança da situação. Também o texto de Juliana Malerba traz importante contribuição no sentido de esclarecer o que de fato estamos tratando quando falamos em Justiça Ambiental.

Apresentamos também para a leitora e para o leitor a possibilidade de outros caminhos, que muito além de alternativos nos parecem ser caminhos que perdemos quando perdemos o mundo. Neste sentido, tanto a matéria sobre a experiência da família Ferreira no sítio agroecológico São José, e da Rede Ecológica por um consumo saudável e responsável, trazem elementos importantes que mostram que uma outra maneira de viver e um outro modelo de desenvolvimento é possível.

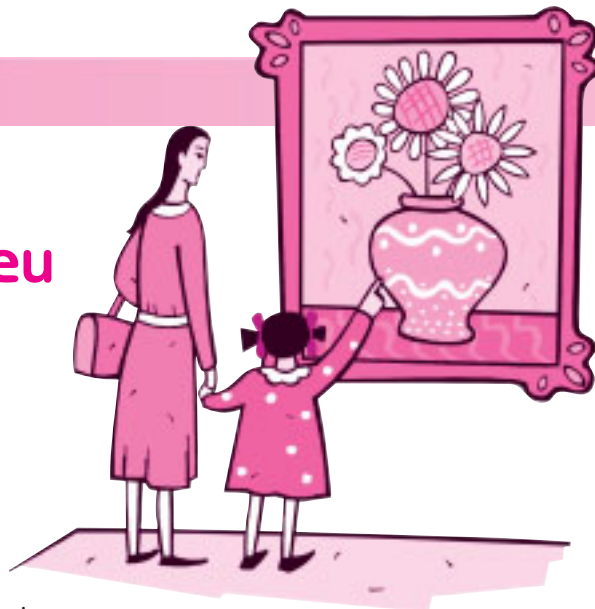
Estamos terminando mais um ano de intensos trabalhos e temos investido na “teimosia esperançosa”, acreditando ser possível transformar a realidade a partir dos lugares e das relações que estamos vivenciando cotidianamente. Para isso, é necessário termos a possibilidade de fazer escolhas. Leonardo Boff, no manifesto Carta da Terra, nos apresenta duas possíveis e urgentes escolhas: formar uma aliança global para cuidar do Planeta e uns dos outros, ou arriscar a nossa destruição e a da diversidade da vida. Para além de conscientizar ou dogmatizar, é urgente criarmos condições necessárias para que todos e todas tenham condições de realizar suas escolhas, decidindo que caminhos querem seguir.

Termino apresentando uma frase que considero importante e nos inspira como desafio para o ano de 2008, e para a implementação e expansão da vida: “Acreditar no mundo é o que mais nos falta; nós perdemos completamente o mundo, nos desapossaram dele” (Gilles Deleuze, *Convenções*).

*Graduando do 6º período de Serviço Social da PUC/RJ e educador popular do PACS.

Políticas ambientais: “museu de grandes novidades”?

Sérgio Ricardo*



O que caracterizam como Políticas de Responsabilidade Social e Ambiental e suas certificações internacionais, muitas vezes – como diria Cazusa – não passam de um “museu de grandes novidades”, já que grandes empreendimentos industriais de alto consumo energético e o avanço das monoculturas expulsando populações rurais nos são apresentadas como se fossem uma fatalidade histórica, como o caminho único da economia e da política que é a marca da Globalização Econômica ou do Neoliberalismo. Em nome do desenvolvimento econômico sem limites tem se intensificado a destruição ambiental e as injustiças sociais.

Para consolidar esta estratégia de reprodução do capitalismo global, a maioria das Políticas Públicas adotadas em nosso País, em seus diversos níveis de governo e muitas leis aprovadas nos parlamentos, tem como diretriz consolidar a ótica da Ecologia de Mercado que, ao buscar a simples reprodução dos lucros pelos “agentes do mercado”, no dia a dia das lutas sociais se contrapõe abertamente ao que os movimentos sociais e os setores mais democráticos e socialmente compromissados da área acadêmica denominam Justiça Ambiental. A crescente injustiça social e a desigualdade ambiental são faces distintas da mesma moeda. A pobreza, as precárias condições de vida presente na

A crescente injustiça social e a desigualdade ambiental são faces distintas da mesma moeda.

periferia das cidades onde vive a população mais pobre, a insalubridade e riscos ambientais a que estão submetidos os trabalhadores nos ambientes de trabalho, caminham juntas contra a dignidade humana, o direito à moradia e ao meio ambiente saudável e protegido, e são os principais responsáveis pela destruição dos ecossistemas e pela poluição dos corpos hídricos, bem como pelos problemas de saúde coletiva que abarrotam e consomem rios de dinheiro para manter precários e mal aparelhados serviços públicos de saúde.

O PAC (Plano de Aceleração do Crescimento), macro diretriz estratégica apontada pelo governo federal, tem em seu

nascedouro um grave equívoco tão comum nas ações de nossas elites políticas e econômicas que é partir da premissa de que o meio ambiente é uma mera externalidade, que a natureza deve ser dominada, estar submetida e destruída, para fazer cumprir os desígnios da economia e de seu crescimento. É emblemático o pensamento de importantes gestores públicos e de alguns dos maiores setores econômicos – não por acaso formado pelos maiores poluidores – que fomentam a idéia deseducadora de que o meio ambiente é atualmente o maior empecilho, ou no linguajar deles o “gargalo”, ao desenvolvimento do País.

Por fim, uma revolução energética a partir das biomassas é imperativo diante dos impactos devastadores que já vêm sendo sentidos na saúde coletiva e na economia mundial pelo

aquecimento global, que tem origem na produção industrial suja, no sistema rodoviário à base de petróleo e nas queimadas e desmatamentos que têm provocado desertificação e infertilidade dos solos em grandes extensões de terras em todo o Planeta, como na África, onde mais de 1 bilhão de pessoas já vivem em terras em processo de desertificação. No entanto, essa opção energética por uma matriz menos poluente não pode servir para a eliminação das áreas agrícolas e produtoras de alimentos, gerando um novo ciclo de fome e êxodo rural com mais inchaço e ocupação desordenada das cidades, e deve evitar a reconcentração latifundiária sob o controle de gigantes corporações transnacionais e bancos estrangeiros que têm comprado ou arrendado terras férteis em todo o País com o objetivo de transformar o Brasil numa nova colônia agrícola para abastecer de etanol ou de outras monoculturas os países industrializados do Primeiro Mundo. Não podemos servir de álibi para perpetuar inalterado o modelo de desenvolvimento poluente e o consumismo desenfreado dos países desenvolvidos.

Para isso, devemos promover uma radicalização da nossa forma tradicionalista, limitada e equivocada de pensar as soluções (mesmos as que se dizem alternativas) e nas nossas formas de luta e de organização, para que mais do que uma desejável inclusão social, este processo nos leve a uma verdadeira libertação do ser humano pela via da cultura, da educação, e de uma Economia da Natureza (e não contra a natureza), e através do reencantamento ou reencontro da juventude com a Política e a vida comunitária.

O trilionário mercado verde que se avizinha, impulsionado pelos efeitos nefastos das mudanças climáticas tão na moda e na mídia, não trará soluções democráticas e justas a estes desafios da atualidade, pois não tem por objetivo e meta romper com a lógica capitalista dominante que se reproduz por meio da produção de poluição, da acumulação de riquezas por grandes grupos econômicos e corporações transnacionais e pela concentração da propriedade da terra que provocam profunda exclusão social com desigualdade ambiental. O nosso desafio é, portanto, mobilizar a sociedade para que de fato ocorra uma radical democratização do poder político e distribuição de renda e das riquezas geradas a partir dos bens da natureza e do mundo do trabalho. Portanto, cabe aos sujeitos sociais coletivos iniciarem esta revolução democrática e essencialmente participativa. ☺

* É Gestor Ambiental e ecologista. É fundador e membro do Fórum de Meio Ambiente e Qualidade de Vida do Povo Trabalhador da Zona Oeste e da Baía de Sepetiba e da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (srverde@uol.com.br).

Terra e família numa lição agroecológica

Reportagem: Márcia Danielli

Quase meia hora antes de Paraty, envolvido pela área do Parque Nacional da Serra da Bocaina, o pequeno município de Sertão do Taquari guarda, além de gente simples e tranqüila, parte de uma imensidão de Mata Atlântica que, por sua vez, preserva uma espécie rara em tempos de aquecimento global, agronegócios, MDLs (Mecanismos de Desenvolvimento Limpo) e morte de trabalhadores do campo por exaustão. Trata-se de uma tradicional família de agricultores de subsistência, localizada num sítio a 240 metros de altitude da Serra, ao qual só se é possível chegar depois de uma hora de trilha a pé em mata fechada, passando por trechos sinuosos, pedregosos, inclinações exaustivas e paisagens recompensadoras como as do Rio Taquari e de toda a flora local.



Neste raio de distanciamento de referências urbanas mínimas como a energia elétrica, o Sítio São José fica assentado numa área de 29 hectares divididos para o plantio de frutíferas, hortaliças e ervas medicinais; para um pequeno gado mantido pela produção e consumo próprio de carne e laticínios; para reflorestamentos agroecológicos, e para abrigar a vida da família Ferreira, responsável por construir e cuidar de tudo isso há pouco mais de 20 anos. O casal de agricultores José e Carmelita Ferreira, de 52 anos, acompanhados dos filhos Jorge, de 25 anos, Thiago, de 21, Katiane, de 19, e Jonatha, com 11 anos, vivem e sobrevivem num verdadeiro cenário bucólico, desafiando paradigmas de necessidades socioeconômicas como tecnologia moderna, consumo material, extrativismo insustentável e até mesmo o dinheiro. É possível?

Na década de 1980, quando veio para o Rio de Janeiro ao lado da esposa, o então recém-cursado como mestre de obras, José Ferreira, já imaginava ser possível a vida que construiu com a família. Nascidos no interior de Pernambuco, onde José trabalhava acompanhando o pai como empregado de latifundiários, o casal foi morar primeiramente em Cabo Frio, em busca de alguma obra onde ele pudesse trabalhar. Nessa época, Carmelita tinha na barriga o primeiro filho; e José dizia ter em si o “vazio” percebido com a certeza de que não pretendia continuar levando a mesma vida, explorada dessa vez por empresários da construção civil. Decidiu procurar dali por diante retornar às origens, com a diferença de cultivar e colher para o próprio sustento. Mudando-se para Paraty, percorreu os arredores da área serrana até encontrar o espaço de terra de onde nunca



mais saiu, garantido através de serviços prestados ao governo federal.

Assim o sítio São José foi construído pelas mãos dos seus proprietários, e sem o

auxílio de equipamentos modernos. Basta lembrar que lá não há eletricidade, por opção da própria família, que já recebeu propostas da prefeitura de levar energia e asfalto até o local. “Já imaginou? Se eu aceitar, isso aqui vai acabar destruído em muito pouco tempo”, garante José.

Feita com madeira derivada das árvores mortas ou pré-condenadas pela própria natureza, a casa dos Ferreira só leva cimento e tijolo na cozinha, no forno movido à lenha. José montou todo o encanamento de esgoto e abastecimento de água, que é puxada diretamente da nascente local, bebível e livre de cloração. O solo do roçado não conhece agroquímicos. A adubagem é feita com detritos vegetais e animais, assim como o controle de pragas nas plantações também é feito à base de preparos naturais, na intenção apenas de espantar aves e insetos do plantio, ao contrário de envenená-los.

O fato é que antes mesmo da família Ferreira passar a entender sobre a importância de processos agroecológicos tanto para a sustentabilidade do campo quanto para a vida de todo o ecossistema, ela já fazia parte deste universo, e já idealizava elevar os 18% de sua economia auto-sustentável. Mas é no ano de 2001 – em que, oportunamente, segundo a



família, a prefeitura de Paraty promoveu cursos como iniciativa para o desenvolvimento local – que José dá início a um projeto autogestor de vivência, produção e formação agroecológica no sítio, planejado para estar devidamente estruturado em 10 anos. O projeto promove a criação e o aprendizado de sistemas agroflorestais preparados para produzir em curto, médio e longo prazo, e garante desde 2005 100% da sustentabilidade da família. “Antes era preciso completar a renda trabalhando fora, tirando palmito”, diz José.

Hoje, além de garantir todas as refeições do dia na mesa da família – que, exceto o arroz, não compra comida – o sítio funciona como uma pousada e laboratório de campo em plena Mata Atlântica para estudantes, pesquisadores e profissionais agrônomos, agricultores e ambientalistas atraídos pela troca de experiências com a família e com o espaço. “Entre 2000 e 2005, produzimos e plantamos 31.844 mudas de espécies arbóreas e frutíferas, sendo que 80% de espécies de Mata Atlântica. No mesmo período plantamos



52.474 mudas de palmito, num total de 84.318 mudas plantadas em 5 anos”, orgulha-se José.

Em novembro aconteceu a vivência que comemorou o aniversário do sítio, quando mais 5.000 mudas foram cultivadas. “A nossa meta é mostrar que para preservar o meio ambiente não é necessário tirar o homem do campo, mas educá-los e orientá-los a viver em harmonia com a natureza”, ensina.

Descendente de curandeiros e benzedeiros, Carmelita aprendeu nesse mesmo período a produzir, a capsular e a comercializar ervas, raízes e seivas medicinais. Uma vez por semana ela desce até a vila de Sertão do Taquari para vender remédios contra micose, shampoos anti-caspa e anti-inflamatórios naturais que ajudam no combate a úlceras, gastrites e câncer. Aprendeu também sobre processos de armazenamento de alimentos sem conservantes artificiais.

Não é necessário tirar o homem do campo, mas educá-los e orientá-los a viver em harmonia com a natureza. (José)

Embalados em potes de vidro à vácuo, alguns mantidos submersos em água com sal, Carmelita garante o abastecimento alimentar da família no período de entre safra, conservando dessa forma por até dois anos batatas, legumes, grãos, frutas, sucos e doces. Para fabricante de geladeira nenhum criticar.

O dinheiro, artigo de segundo plano no cotidiano da família, é conseguido através das vivências, da hospedagem da casa e da venda dos remédios e doces que fabricam, e investido na conclusão do

projeto. “A vida do homem não é de ganhar dinheiro, é de se alimentar, de viver saudável, de estar em contato com a terra”, esclarece José, que pretende ampliar a cozinha e o dormitório para receber melhor os grupos, e construir a sala onde acontecerão as aulas e os debates de formação, que contam com o apoio de

estudantes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), técnicos de instituições como a AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa), entre outros parceiros da



família, por quem José vem sendo frequentemente convidado a falar em público, não só no Rio de Janeiro como em outros estados, sobre sua experiência.

Organizado, articulado e apaixonado pela atividade e modo de vida a que se dedica, José não vive e nem põe a família em condições de isolamento, embora demonstre sua preocupação em perpetuar a tradição da agricultura familiar nos filhos. Os quatro ajudam José diariamente no campo. Quando pensei estar acordando cedo na casa da família, José e filhos voltavam naquele momento de uma atividade introdutória do dia na horta para tomarem café comigo. E parecem fazer isso com a paz de um cotidiano saudável e prazeroso.

Apesar de nunca terem ido a uma escola, todos os filhos foram alfabetizados por Carmelita; sabem ler e escrever, e têm visão emancipadora e solidária sobre o conhecimento e a experiência que desfrutam do campo. O primogênito Jorge é considerado pelo pai um biólogo diplomado pela experiência de vida no meio da mata. Conhece tudo o que diz respeito à flora e à fauna local, e hoje idealiza um projeto de catalogação das espécies da Serra, coisa que, segundo Jorge, ainda não existe. A proposta vem sendo pensada por ele junto com sua namorada, carioca de Campo Grande e recém-formada no curso de engenharia agrônoma da Rural, que Jorge conheceu no período em que ela, ainda estudante, visitava o sítio pelo estágio acadêmico.

Quando perguntado sobre a possibilidade de casar e sair de lá, Jorge confessa achar difícil a hipótese: “Amo isso aqui e não penso em viver num lugar diferente. Ela, por outro lado, pensa em fazer mestrado fora”, responde Jorge, ainda sem precisar o futuro.

A filha única dos Ferreira, Katiane, está para concluir o curso de contabilidade feito por

correspondência pelo Instituto Universal Brasileiro. Para quem desconhece sobre a eficiência do lendário método de ensino profissionalizante à distância, existente há mais de 60 anos no Brasil, ele não somente formará Katiane como a administradora de contas oficial do sítio – função escolhida por ela mesma –, como já ensinou o irmão Thiago a tocar viola, e deve ganhar o desafio admitido por Jorge de ensiná-lo a falar, a ler e a escrever em inglês.

O caçula Jonatha divide seu tempo entre percorrer na medida certa os hectares do sítio com o pai e os irmãos e jogar futebol com sua bola de basquete. Assiste aos programas infantis da tv quando vai à vila, na casa dos amigos, e desafia a máquina fotográfica digital que levei comigo a tirar fotos tão boas quanto as de sua máquina, segundo ele próprio, mais potente em pixels do que a minha.

É nesse contraste de compreensões sobre a vida que repousa feliz e segura a família Ferreira. À noite, sob um céu estrelado tão pouco visto por nós, e sob uma escuridão rompida apenas pelo branco da lua é que eles dormem costumeiramente, à espera tranqüila de um novo dia comum, para o qual eles existem e vice-versa. O que me restou depois de um dia ao lado deles foi repousar à mesma maneira, concluindo minhas últimas questões ao som da viola dos meninos dedilhando naquele momento providencial uma canção de suas raízes: “de que me adianta viver na cidade se a felicidade não me acompanhar...”.



Da esquerda para a direita, os filhos Thiago, Jonatha, Katiane e Jorge.

Sítio São José.
024 - 3371 9003
Rod. Rio Santos Km 552
Rua Sertão do Taquari s/n
Paraty/RJ
ferreiraecologia@hotmail.com
<http://agroflorestaferreira.blogspot.com>

Rede ecológica e a nova consciência para um outro consumo.

Leonardo Nascimento e Miriam Langenbach*

No ponto em que estamos, o ato de consumir deixou de ser um dos requisitos necessários à nossa existência para tornar-se o próprio objetivo da mesma: vale mais quem consome mais. Consumo e dinheiro passaram a estar estreitamente ligados. A produção e o consumo deixaram de se nortejar para atender as necessidades básicas do ser humano, e estão atreladas a um circuito de lucro para poucos, e exclusão para muitos. O consumo do supérfluo e descartável é uma tônica incentivada a cada dia, estimulando uma postura predatória e despreocupada com o destino do Planeta, incluindo os seres humanos.

Na direção contrária, vem surgindo um movimento que busca conscientizar cidadãos e empresários da necessidade de se consumir não só de forma comedida, mas também se levando em conta o ciclo de vida de cada produto, integrando produção e consumo. É o chamado Consumo Responsável

O consumo do supérfluo e descartável é uma tônica incentivada a cada dia.

ou Consciente. A idéia é que tomemos posse do processo de produção como um todo (fabricação, armazenagem, embalagem, distribuição, comercialização, etc.). Não dá mais para nos mantermos isolados como consumidores, nos limitando a escolher entre um produto e outro com base apenas em nossas necessidades imediatas, sem considerar o todo.

A proposta da Rede Ecológica, uma iniciativa de consumidores sem fins lucrativos que completou seis anos em outubro, vai justamente ao encontro dessa nova corrente de pensamento. É uma iniciativa de Educação Ambiental e Economia Solidária que visa estimular e viabilizar o consumo de produtos éticos, solidários e ecológicos a preços acessíveis, contribuindo para levar os cidadãos a uma reflexão sobre seu estilo de vida e sobre a necessidade de praticar os 3 Rs da Ecologia: Reduzir, Reaproveitar e Reciclar. Nossa principal atividade são as compras coletivas de produtos agroecológicos, onde consumidores organizados em núcleos praticam o consumo de forma ética, ecológica e solidária.

As compras coletivas são uma modalidade de consumo consciente que faz parte da economia solidária: é o momento final de uma cadeia que se inicia com organizações solidárias de produtores, idealmente passando pelo transporte solidário, pelas encomendas dos consumidores e chegando até seu momento final de compra, também solidária. Nestas instâncias, a ênfase é que os grupos pratiquem a auto-gestão, garantam condições de trabalho justas e cuidem das condições ambientais, buscando relações simétricas e harmoniosas entre o campo e a cidade.

As encomendas representam da parte do consumidor um compromisso com a compra, com a qual terá que arcar. Para o produtor, significa que ele tem a venda de certo número de seus produtos garantida. As compras coletivas são o início da aproximação com os produtores, que se aprofunda através



do agroturismo, das campanhas, de oficinas culinárias e de reaproveitamento, e da agricultura urbana.

A integração entre produtores e consumidores resgata a cadeia produtiva desde seu início. Conhecemos os produtores em boa parte, conhecemos quem transporta os produtos, quem entrega e busca.

O momento de entrega representa também a possibilidade de interação e troca entre vizinhos, tão perdida na cidade grande. Como a Rede Ecológica é uma iniciativa de consumidores, qualquer um pode aproximar-se do processo, e é muito desejado que o faça, e participe do que está acontecendo nesta interação campo-cidade.

São compras diferentes das lojas e supermercados, porque se enxuga o número de produtos, buscando apenas abastecer as pessoas dos itens fundamentais de um cardápio agroecológico. Assim, a Rede Ecológica tem de modo predominante um produto oferecido de cada tipo. Este é um desafio para nós, consumidores, habituados cada vez mais a termos um rol abundante de possibilidades, tendendo a “navegar” entre elas. A proposta reforça a fidelidade e a simplicidade.

A logística de funcionamento da Rede se baseia em que as atividades sistemáticas e estruturais como recebimento de encomendas, entregas aos consumidores e controle financeiro, são remuneradas. Baseia-se ainda na participação voluntária dos consumidores, supondo o apoio às atividades anteriormente citadas, além de acompanhamento do site, acolhida a consumidores novos, à vida dos núcleos onde são entregues os produtos, à organização de debates, visitas a produtores, etc. A participação voluntária é muito importante para a conscientização dos consumidores e para a viabilização da proposta, já que buscamos preços acessíveis.

Na medida em que esta proposta se fortalece, a idéia é que se irradie como um movimento, penetrando na cultura do nosso País, colocando-se como uma nova alternativa de vida. O consumo é fundamental de ser repensado, e a Rede Ecológica, como um novo tipo de prática de consumo cotidiano possibilita concretamente estas reformulações mais do que necessárias, e que por enquanto têm sido colocadas em segundo plano. ☺



* Membros da Rede Ecológica. www.redeecologica.org

Justiça Ambiental. O que é isto?

Julianna Malerba*

O conceito de Justiça Ambiental nasceu nos Estados Unidos a partir das ações do movimento negro que, percebendo que a composição racial de uma comunidade estava diretamente relacionada à existência de depósitos de lixo tóxico em suas áreas, iniciou um processo de denúncia e reivindicação de direitos civis aliados a uma luta por equidade ambiental.

A denúncia feita por cidadãos pobres e socialmente discriminados quanto a sua maior exposição a riscos ambientais colocou em questão a representação, por muito tempo presente no discurso ambientalista, de que os efeitos da degradação ambiental são globais e, de certa maneira, democráticos, uma vez que ameaçam a sobrevivência da própria humanidade.

Além disso, a reivindicação por Justiça Ambiental, compreendida como tratamento justo e envolvimento pleno dos grupos sociais, independente de sua origem ou renda, nas decisões sobre o acesso, ocupação e uso dos recursos naturais em seus territórios ampliou a capacidade de articulação entre diferentes movimentos e lutas sociais. Ao afirmarem que a maneira e o local onde as pessoas vivem marcam, de forma diferenciada, os impactos e riscos decorrentes da exploração dos recursos ambientais, esses movimentos não apenas construíam um conceito capaz de ampliar e articular lutas de caráter social, territorial e de direitos civis quanto traziam para o campo do debate ambiental elementos que expandiriam o alcance social do próprio movimento ambientalista ao possibilitar a ampliação do diálogo e da articulação entre sindicatos, movimentos sociais, entidades ambientalistas e organizações da sociedade civil envolvidos na luta pela democracia.

A temática tem se internacionalizado particularmente em países caracterizados por desigualdades extremas. No Brasil, o conceito vem sendo progressivamente utilizado por movimentos envolvidos em conflitos ambientais que, mesmo sem fazer uso da expressão, têm estado, desde sua origem,



envolvidos em lutas por justiça ambiental. Essa percepção deu origem, em 2001, à *Rede Brasileira de Justiça Ambiental*, hoje formada por entidades ambientalistas, movimentos e organizações populares, pesquisadores universitários, sindicatos urbanos e ONGs. Seu objetivo tem sido articular e fortalecer movimentos e organizações em torno de ações que denunciem e revertam essa lógica de distribuição desigual dos impactos ambientais, fruto da discriminação ou da omissão dos governos, das agências multilaterais e de empresas, forjadas por um modelo de desenvolvimento que não considera os usos sociais, os diferentes significados que têm para cada comunidade e grupo social, e os recursos ambientais.

Considerando que a sustentabilidade é uma construção social, e portanto um objeto de disputa política, as lutas que estabelecem que a construção de justiça social depende da garantia de equidade ambiental podem ser muito importantes para a mudança na distribuição de poder na sociedade. Isso porque questionam as opções sobre o que produzir, como, para quem e para quê, além de reivindicarem o reconhecimento e a valorização das diferentes formas de viver, de se organizar e de se relacionar, de modo a colocar em debate outros valores que orientem as escolhas políticas sobre o desenvolvimento do País.

Nesse sentido, o conceito e as lutas por justiça constroem novas possibilidades para mudar a distribuição de poder, ao acumular forças para alterar os termos da disputa em torno do projeto de desenvolvimento nacional em favor das populações excluídas, possibilitando a construção de um projeto de sociedade mais sustentável e democrático. ☺

* Técnica da FASE e membro da Rede Brasileira de Justiça Ambiental.



Publicação trimestral do Pacs – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul

Equipe: Ana Cândida, Bruno Lopes, Eliane Macedo, Gabriel Strautman, Gustavo Vaccihi, Jussara Oliveira, Kátia Aguiar, Leilane Brito, Márcia Danielli, Maria Eduarda Quiroga, Marcos Arruda, Peter Gerhard, Robson Patrocínio, Rosana Lobato, Sandra Quintela, Terezinha Pimenta.

Estagiária: Leila Salles

Agente local (Zona Oeste): Rita de Cássia

Edição: Márcia Danielli 805-MTB/AL

Projeto gráfico e diagramação: Rogério Nascimento

Fotos: Márcia Danielli

Impressão: Grafthaly

Tiragem: 2.500 exemplares

Distribuição: Gustavo Vaccihi e Leilane Brito

Sugestões, críticas ou pedidos de exemplares?

Fale conosco, teremos muito prazer em responder:

Av. Rio Branco, 277 - 16º andar - sala 1609

Centro • Rio de Janeiro • RJ • CEP 20.040-009

Tel/Fax: (21) 2210-2124

www.pacs.org.br - pacs@pacs.org.br - comunicacao@pacs.org.br

Utilidade Pública Federal - Port. nº 2.476, de 17/12/2003 - D.O.U. de 18/12/2003

Conselho Municipal de Assistência Social - inscrição nº 620 - D.O.M. de 28/10/2003

SOCIOECOZO

Por uma outra economia possível na Zona Oeste.

A Rede de Socioeconomia Solidária da Zona Oeste do Rio de Janeiro é o resultado de um processo de articulação e formação com grupos produtivos, associações de moradores, cooperativas e entidades atuantes na região com o objetivo comum de contribuir para o desenvolvimento local. Após um ano e meio de encontros mensais, o grupo concluiu que identificava-se com a proposta de desenvolvimento postulada pela Socioeconomia Solidária, e em 1º de setembro de 2007 se autodenominou Rede SOCIOECOZO - RJ.

A proposta da Rede é a melhoria da produção local, a ampliação dos canais de comercialização existentes, a troca de informações sobre compra de insumos e técnicas de produção, e a interferência e proposição de políticas públicas para a Economia Solidária em níveis municipal, estadual e nacional. Atualmente participam grupos de artesanato, cooperativas de reciclagem e de construção civil, instituições de ensino e pesquisa, associação de moradores e movimento de mulheres.

A Rede realiza encontros mensais de formação sobre a Lei Estadual de Economia Solidária, sobre os temas das trocas, consumo e, principalmente, comercialização. Além disso, organiza e participa de iniciativas como o acolhimento da reunião ordinária do FCP (Fórum de Cooperativismo Popular) em setembro deste ano; a 1ª Feira de Socioeconomia Solidária da Zona Oeste, em Santa Cruz, também em setembro; o Encontro Fé e Política, em Nova Iguaçu, no mês de novembro, e o Festival de Economia Solidária e Agricultura Familiar em Angra dos Reis.

O PACS, enquanto agente mobilizador da Rede, tem trabalhado intensamente para que as proposições e responsabilidades de desenvolvimento das ações sejam distribuídas, e que essa lógica de funcionamento seja entendida e apreendida por todos. "É a permanente luta contra uma cultura paternalista e assistencialista ainda presente em muitas outras situações e por vezes identificada dentro do próprio grupo. Entendemos que esse é o principal objetivo do trabalho desenvolvido, é o investimento processual no modelo de formação que acreditamos", afirmam os coordenadores das oficinas de Gestão e Viabilidade do Pacs. ☺



Angra dos Reis festeja a Economia Solidária

O III Festival Estadual da Economia Solidária e Agricultura Familiar do Rio de Janeiro aconteceu este ano em Angra dos Reis (na Praça do Cais de Santa Luzia), nos dias 30/11, 01 e 02/12. A organização do evento ficou por conta do Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro – composto por 16 fóruns regionais, pré-fóruns e redes – em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), a SENAES/Ministério do Trabalho e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Instituto Marista de Solidariedade e a Fundação Banco do Brasil.

Os objetivos do Festival foram a difusão da nova proposta de desenvolvimento e comercialização de produtos da ES (Economia Solidária), além da formação e realização da IV Plenária Estadual de Economia Solidária.

A programação contou com a Feira de ES – destaque para as Trocas Solidárias com utilização da moeda social *Cunhambebe*, uma homenagem ao índio guerreiro da região – eventos culturais, oficinas, e a plenária estadual de Economia Solidária, rumo a IV Plenária do FBES.

A participação do Pacs no Festival, além de mobilizar os grupos da Zona Oeste e contribuir nos espaços de preparação da IV Plenária nacional, se deu na organização das Trocas realizadas durante a Feira, e na oficina preparatória para as mesmas, em parceria com os participantes da Ecosol de Angra.

"O espaço do evento não podia estar mais bonito, a arrumação das barracas, a comida que deu vontade de repetir, as trocas solidárias que mais uma vez deixou inúmeras lições, o povo vendendo e fazendo trocas diretas, as atividades culturais...", relatam os representantes de nossa equipe no Festival.

O evento recebeu os moradores de Angra dos Reis, turistas e grupos da Economia Solidária de todo o Estado. ☺



A CARTA DA TERRA

Princípios

1. Respeitar a Terra e a vida em toda sua diversidade.
2. Cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor.
3. Construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas.
4. Garantir as dádivas e a beleza da Terra para as atuais e as futuras gerações.
5. Proteger e restaurar a integridade dos sistemas ecológicos da Terra, com especial preocupação pela diversidade biológica e pelos processos naturais que sustentam a vida.
6. Prevenir o dano ao ambiente como o melhor método de proteção ambiental e, quando o conhecimento for limitado, assumir uma postura de precaução.
7. Adotar padrões de produção, consumo e reprodução que protejam as capacidades regenerativas da Terra, os direitos humanos e o bem-estar comunitário.
8. Avançar o estudo da sustentabilidade ecológica e promover a troca aberta e a ampla aplicação do conhecimento adquirido.
9. Erradicar a pobreza como um imperativo ético, social e ambiental.
10. Garantir que as atividades e instituições econômicas em todos os níveis promovam o desenvolvimento humano de forma equitativa e sustentável.
11. Afirmar a igualdade e a equidade de gênero como pré-requisitos para o desenvolvimento sustentável e assegurar o acesso universal à educação, assistência de saúde e às oportunidades econômicas.
12. Defender, sem discriminação, os direitos de todas as pessoas a um ambiente natural e social, capaz de assegurar a dignidade humana, a saúde corporal e o bem-estar espiritual, concedendo especial atenção aos direitos dos povos indígenas e minorias.
13. Fortalecer as instituições democráticas em todos os níveis e proporcionar-lhes transparência e prestação de contas no exercício do governo, participação inclusiva na tomada de decisões, e acesso à justiça.
14. Integrar, na educação formal e na aprendizagem ao longo da vida, os conhecimentos, valores e habilidades necessárias para um modo de vida sustentável.
15. Tratar todos os seres vivos com respeito e consideração.
16. Promover uma cultura de tolerância, não violência e paz.

Para entender o que é a Carta da Terra: <http://www.reviverde.org.br/CARTAdaTERRA.pdf>

Para ler na íntegra a Carta da Terra: http://www.cartadelatierra.org/files/charter/charter_po.pdf